



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE

SANTO ÂNGELO

08.07.2015

Esta prova consta de 50 (cinquenta) questões, perfazendo um total de 100 (cem) pontos.

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. Ao receber o cartão-resposta confira seus dados e assine no local indicado.
3. Assinale apenas **UMA** resposta para cada questão objetiva.
4. Ao passar para o Cartão Resposta, **negrite** a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
6. Questão rasurada será anulada.
7. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

NOME

1. Com base no texto das Disposições Preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa correta.
 - A.() Na aplicação da Lei Federal de nº 8.069/1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, deverão ser levados em conta os fins políticos a que ela se destina.
 - B.() Considera-se criança, para efeito dessa lei, a pessoa até doze anos completos; e adolescentes a pessoa entre treze e dezoito anos de idade incompletos.
 - C.() Considera-se criança, para os efeitos da mesma lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e, adolescente, a pessoa entre doze e dezoito anos de idade.
 - D.() Excepcionalmente, nos casos previstos em lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente poderá ser aplicado às pessoas entre dezenove e vinte e um anos.

2. De acordo com o Art. 10 do ECA, “os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a”:
 - I. Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.
 - II. Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
 - III. Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
 - IV. Fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
 - V. Manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.Está (estão) correta(s) a(s) afirmativa(s):
 - A.() I, II e III.
 - B.() III, IV e V somente.
 - C.() I, III e V somente.
 - D.() Todas as afirmativas estão corretas.

3. Assinale a alternativa correta.

Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados, sem prejuízo de outras providências:

 - A.() Ao familiar mais próximo.
 - B.() Obrigatoriamente aos pais.
 - C.() Ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.
 - D.() Ao juizado da infância e adolescência.

4. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, entre outros:
 - I. Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
 - II. Opinião e expressão.
 - III. Crença e culto religioso.
 - IV. Brincar, praticar esportes e divertir-se.
 - V. Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.Estão corretos os itens:
 - A.() I, II e III somente.
 - B.() III, IV e V somente.
 - C.() I, III e V somente.
 - D.() Todos os itens estão corretos.

5. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso, exceto a descrita na alternativa:
- A.() Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
 - B.() Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
 - C.() Encaminhamento a cursos no ensino regular.
 - D.() Obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado.
6. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, -----, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.
Assinale a alternativa que completa o espaço pontilhado acima.
- A.() a cada 6 (seis) meses
 - B.() a cada ano
 - C.() a cada dois anos
 - D.() três anos
7. Analise as afirmativas abaixo, atribuindo 20 pontos para cada afirmativa correta e 10 para cada afirmativa incorreta:
- () Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
 - () O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
 - () Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse desses, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
 - () A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

O somatório somente das afirmativas corretas corresponde a:

- A.() 10
 - B.() 20
 - C.() 40
 - D.() 60
8. Marque a alternativa correta.
Entende-se por família natural a comunidade:
- A.() formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
 - B.() formada pelos adotados e adotantes.
 - C.() que acolhe o menor desamparado.
 - D.() formada pelo grupo de amigos do menor.

9. Analise as afirmativas abaixo e coloque V para as verdadeiras e F para as falsas.
- () Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.
 - () A colocação em família substituta admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.
 - () A colocação em família substituta estrangeira constitui medida rotineira, somente admissível na modalidade de adoção.
 - () Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e deve fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.
- A sequência correta está expressa na letra:
- A.() V, V, F, F.
 - B.() V, F, F, V.
 - C.() V, F, V, F
 - D.() F, V, F, F.
10. Nas afirmativas abaixo, que tratam da adoção de criança e de adolescente, marque a incorreta, considerando o disposto no Art. 39:
- A.() A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.
 - B.() É possível a adoção por procuração, especialmente para estrangeiros.
 - C.() O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
 - D.() A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
11. Marque a alternativa correta.
- De acordo com o art. 42 do ECA, independentemente do estado civil, podem adotar:
- A.() Os maiores de 21 anos.
 - B.() Os maiores de 20 anos.
 - C.() Os maiores de 18 anos.
 - D.() Os que podem sustentar o adotado, independentemente da idade.
12. Sobre a adoção, de acordo com o ECA, são verdadeiras as colocações abaixo, exceto a da alternativa:
- A.() A adoção é revogável.
 - B.() A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais.
 - C.() O adotante há de ser, pelo menos, 16 anos mais velho que o adotado
 - D.() No processo de adoção o consentimento dos pais do adotante pode ser dispensado, quando os mesmos forem desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar.
13. Assinale a alternativa correta.
- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, para que uma pessoa possa se candidatar ao Conselho Tutelar deve, além de outros requisitos:
- A.() Possuir atestado de idoneidade política.
 - B.() Ter idade superior a 21 anos.
 - C.() Possuir o estado civil de casada.
 - D.() Possuir patrimônio e rendas adequados à função.

14. Assinale a alternativa correta.

O artigo 4º das Disposições Preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que é “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Para garantia dessas prioridades, compreende-se que a criança e o adolescente:

- A.() Têm preferência na formulação e execução de políticas sociais públicas.
- B.() Têm preferência no atendimento dos serviços públicos.
- C.() Têm primazia em receber proteção e socorro.
- D.() Todas as afirmativas anteriores estão corretas.

15. Para assegurar o direito à educação da criança e do adolescente, o ECA normatiza, entre outros, as seguintes prerrogativas, exceto a descrita na alternativa:

- A.() Direito de ser respeitado por seus educadores.
- B.() Direito de organização e participação em entidades estudantis.
- C.() Direito ao acesso à escola particular mais próxima de sua residência.
- D.() Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

16. Entre as colocações abaixo, marque a alternativa incorreta:

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- A.() Faltas de alunos, motivadas por tratamento de saúde fora do território do município.
- B.() Maus tratos envolvendo alunos.
- C.() Elevados níveis de repetência.
- D.() Reiteração de faltas injustificadas.

17. Sobre a profissionalização e a proteção do trabalho previstas no ECA, são verdadeiras as afirmações abaixo, exceto a da alternativa:

- A.() Ao adolescente aprendiz, maior de catorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- B.() Ao adolescente portador de deficiência não é assegurada a proteção ao trabalho, nem a profissionalização.
- C.() Na formação técnico-profissional deverá ser garantido ao adolescente o acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.
- D.() A remuneração recebida pelo trabalho efetuado pelo adolescente ou na participação pela venda de produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo do mesmo.

18. Sobre a prevenção, o artigo 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”.

Sobre a problemática acima, considere as seguintes afirmações:

- I. A inobservância das normas de prevenção, reguladas pelo órgão público competente, importará em responsabilidade, tanto da pessoa física quanto da jurídica.
- II. Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos não tem a obrigação de exibir, na entrada do local, informações sobre a natureza do espetáculo e da faixa etária não recomendada.
- III. Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente, nascido no território nacional, poderá sair do país em companhia de estrangeiro residente e domiciliado no exterior.
- IV. As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado à crianças e adolescentes poderão ser comercializadas livremente, sem advertência de seu conteúdo ou embalagem opaca.

Estão corretas somente as afirmações contidas na letra:

- A. () I e IV.
- B. () I e II.
- C. () I e III.
- D. () II e IV.

19. Marque a alternativa correta:

O artigo 86 do ECA prevê que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulados de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

As entidades de atendimento responsáveis por programas socioeducativos tanto governamentais como não governamentais, somente poderão funcionar depois de registrados:

- A. () No órgão do Poder Judiciário.
- B. () No Conselho Tutelar.
- C. () No Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- D. () No órgão do Ministério Público.

20. Assinale a alternativa correta:

Conforme dispõe o ECA (artigos 90 e 95), as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como o planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes.

Tais programas podem ter caráter de: orientação e apoio sócio familiar; apoio sócio educativo em meio aberto; colocação familiar; abrigo; liberdade assistida; semiliberdade e internação.

Segundo o referido no artigo 95 do ECA, as entidades responsáveis pelos programas acima citados serão fiscalizados conjunta ou separadamente, conforme a competência:

- A. () Pelo Ministério Público, Câmara de Vereadores e Conselho Tutelar.
- B. () Pelo Poder Judiciário, Tribunal de Contas e Polícia Federal.
- C. () Pelo Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.
- D. () Pela Brigada Militar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

21. Os artigos 83, 84 e 85 do ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) regulamentam a autorização para as crianças viajarem.
Considere as seguintes afirmativas e assinale somente a incorreta.
- A.() A autorização judicial não será exigida quando se trata da comarca contígua à residência da criança; não sendo acompanhada por parente até 3º grau, exige-se autorização expressa do pai, mãe ou responsável.
 - B.() Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsáveis.
 - C.() Em viagem ao exterior em companhia de um dos pais, dispensa-se a autorização do pai ausente.
 - D.() Para sair do país em companhia de estrangeiro, a criança ou adolescente necessita de prévia e expressa autorização judicial.
22. Com fulcro no artigo 94 do ECA, as entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:
- A.() Observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes.
 - B.() Comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infectocontagiosas.
 - C.() Providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiveram.
 - D.() Todas as alternativas anteriores estão corretas.
23. Marque a alternativa correta:
De acordo com o ECA, em caso de ato infracional grave cometido pelo adolescente, a internação, antes da sentença judicial, será determinada pelo prazo máximo de:
- A.() 15 dias.
 - B.() 30 dias.
 - C.() 45 dias.
 - D.() 60 dias.
24. Assinale a alternativa correta.
Segundo o que dispõe o artigo 107 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão imediatamente comunicados:
- A.() À autoridade judiciária competente.
 - B.() À família do adolescente apreendido.
 - C.() À pessoa indicada pelo adolescente apreendido.
 - D.() Todas as alternativas anteriores estão corretas.
25. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, considerando a circunstância e a gravidade, as chamadas medidas socioeducativas.
Entre as medidas, a que mais restringe a liberdade do adolescente consiste no item descrito na alternativa:
- A.() Liberdade assistida.
 - B.() Internação em estabelecimento educacional.
 - C.() Obrigação de reparar o dano.
 - D.() Prestação de serviço à comunidade.
26. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. É assegurada ao adolescente, entre outras, a seguinte garantia:
- A.() Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
 - B.() Direito de indicar e decidir unilateralmente o local para ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.
 - C.() Direito de defesa técnica por advogado.
 - D.() Direito de produzir todas as provas necessárias à sua defesa.

27. Assinale a alternativa correta:

Entre as medidas socioeducativas previstas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), consta (artigo 117) a prestação de serviços à comunidade por parte do adolescente praticante de ato infracional.

Consiste essa medida na realização de tarefas gratuitas de interesse geral por período não excedente a:

- A. () 6 meses.
- B. () 8 meses.
- C. () 12 meses.
- D. () 15 meses.

28. Nos artigos 118 e 119 do ECA, está prevista uma medida socioeducativa denominada liberdade assistida.

Trata-se de uma medida, pela qual a autoridade designa uma pessoa capacitada para acompanhar o adolescente e seu caso.

Sobre a liberdade assistida, com base no ECA, está incorreta a alternativa:

- A. () Será fixada pelo prazo mínimo de 6 meses.
- B. () O prazo de 6 meses não poderá ser prorrogado.
- C. () A liberdade assistida poderá ser substituída por outra medida, ouvido o orientador.
- D. () A liberdade assistida poderá ser prorrogada para além dos 6 meses.

29. A internação do adolescente, medida socioeducativa privativa de liberdade, segundo o ECA (artigo 121), se sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, no caso o adolescente.

Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá ao constante na alternativa:

- A. () Dois anos.
- B. () Três anos.
- C. () Quatro anos.
- D. () Cinco anos.

30. Assinale a alternativa incorreta.

O adolescente internado e privado de liberdade, segundo o ECA, artigo 124:

- A. () Não poderá ter acesso aos meios de comunicação social.
- B. () Poderá entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.
- C. () Poderá receber assistência religiosa, segundo a sua crença e desde que assim o deseje.
- D. () Poderá avistar-se reservadamente com seu defensor.

31. Assinale a alternativa correta acerca da afirmação a seguir:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, em Santo Ângelo, foi criado pela Lei Municipal nº 1.307/90 e reorganizado pela Lei nº 2.604, de 10 de dezembro de 2002.

Com atuação em todo o território do município de Santo Ângelo, é composto paritariamente de:

- A. () Vinte e quatro membros titulares e respectivos suplentes.
- B. () Vinte e seis membros titulares e respectivos suplentes.
- C. () Vinte e oito membros titulares e respectivos suplentes.
- D. () Trinta membros titulares e respectivos suplentes.

32. Para efeitos do artigo 6º da Lei nº 2.604/2002, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Ângelo é representado por entidades governamentais e por entidades representativas da comunidades.
Fazem parte do COMDICA, na condição de entidades representativas da comunidade as seguintes, exceto:
- A. () Lar do Menino.
 - B. () Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.
 - C. () Rotary Club.
 - D. () Pastoral da Criança.
33. São representantes de entidades governamentais integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA (art. 6º da Lei 2.604/2002) as seguintes, instituições, exceto a da alternativa:
- A. () Polícia Federal.
 - B. () Polícia Civil.
 - C. () Secretaria Municipal de Educação.
 - D. () Secretaria Municipal da Saúde.
34. Sobre o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, considere as seguintes colocações:
- I. A posse do COMDICA far-se-á em solenidade pública, para a qual deverão ser convidados, dentre outros: o Prefeito Municipal que dará posse aos membros, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Juiz e o Curador da Infância e Juventude da Comarca.
 - II. O número de integrantes do COMDICA é fixo, ou seja, não poderá ser aumentado nem diminuído por proposta dos demais conselheiros.
 - III. As deliberações do COMDICA serão tomadas pela maioria dos membros presentes às reuniões e formalizadas através de resoluções.
 - IV. Podem participar do COMDICA os ocupantes de cargos públicos eletivos como, por exemplo, vereadores.
- Estão corretas somente as afirmativas da alternativa:
- A. () I e II.
 - B. () II e III.
 - C. () I e III.
 - D. () III e IV.
35. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, além das atribuições que lhe confere a Lei Federal 8.069/90, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as atribuições abaixo, exceto a da alternativa:
- A. () Proceder inscrição dos programas de proteção e socioeducativos de entidades governamentais e não governamentais.
 - B. () Fiscalizar externamente a atuação dos membros do Conselho Tutelar.
 - C. () Deliberar e administrar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com o Secretário da Fazenda.
 - D. () Deliberar sobre o aumento das despesas públicas.
36. Assinale a alternativa correta:
Nos termos da Lei Municipal nº 2.604/2002, para a coordenação de suas atividades, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA elegerá uma diretoria composta por um Presidente, um Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º tesoureiros e um Conselho Fiscal composto de três titulares e três suplentes.
O mandato previsto da diretoria será de:
- A. () Dois anos.
 - B. () Três anos.
 - C. () Quatro anos.
 - D. () Cinco anos.

37. Sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, previsto pela Lei nº 2.604/2002 de Santo Ângelo, é correto afirmar:
- A.() A aplicação de seus recursos destina-se prioritariamente a programas de proteção especial à criança e ao adolescente, expostos à situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais.
 - B.() O Fundo ficará subordinado operacionalmente à Secretaria Municipal da Fazenda.
 - C.() A Conta do Fundo deve ser aberta em estabelecimento oficial de crédito que será movimentada pela Secretaria Municipal da Fazenda.
 - D.() As alternativas A, B e C estão corretas.
38. Assinale a alternativa correta:
Segundo o artigo 18 da Lei nº 2.604/2002, do município de Santo Ângelo, constituem ativos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA:
- A.() A disponibilidade monetária em bancos.
 - B.() Bens móveis.
 - C.() Bens imóveis.
 - D.() Todas as alternativas anteriores estão corretas.
39. O artigo 16 da Lei nº 2.604/2002 do município de Santo Ângelo prevê a figura do operador do Fundo Municipal dos Direitos da criança e do adolescente – FMDCA.
São atribuições, entre outros, do referido operador, exceto:
- A.() Encaminhar à contabilidade geral do município, mensalmente, a demonstração da receita e despesa.
 - B.() Manter o controle dos contratos e convênios firmados na área da infância e juventude, com instituições governamentais e não governamentais.
 - C.() Informar verbalmente ao serviço de contabilidade geral do município, a cada dois anos, sobre o inventário dos bens móveis e balanço geral do fundo.
 - D.() Manter o controle da receita do Fundo.
40. Consta no artigo 3º da Lei nº 2.604/2002 que a criação de programas de caráter compensatório pela ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas, no âmbito do município, dependerá de prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, cujo exame de projetos serão submetidos para manifestação em _____ dias, sob pena de serem considerados aprovados.
Assinale a alternativa que completa a linha pontilhada no texto acima.
- A.() 15 dias.
 - B.() 30 dias.
 - C.() 45 dias.
 - D.() 60 dias.
41. Assinale a alternativa correta:
Nos termos do artigo 1º da Lei nº 3.962/2015, que dispõe sobre a organização, funcionamento e atuação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Santo Ângelo (RS), fica estabelecido que o referido Conselho é órgão integrante da administração pública municipal, permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelos direitos da criança e adolescente, sendo composto por:
- A.() Três membros.
 - B.() Cinco membros.
 - C.() Sete membros.
 - D.() Dez membros.

42. Sobre a organização e funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Ângelo, considere as seguintes afirmações:
- I. A carga horária do Conselheiro Tutelar é de trinta horas semanais.
 - II. O cargo de Conselheiro Tutelar é remunerado, nos termos da Lei nº 3.962/2015 do município de Santo Ângelo.
 - III. O colegiado do Conselho Tutelar reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, em sessões com, no mínimo, dois Conselheiros.
 - IV. As decisões do Conselho Tutelar de Santo Ângelo serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes.
 - V. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Estão corretas somente as afirmativas indicadas pela letra:

- A. () I, II e IV.
 - B. () III, IV e V.
 - C. () I, IV e V.
 - D. () II, IV e V.
43. O Conselho Tutelar de Santo Ângelo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 3.962/2015, prevê que, em caso de necessidade de recursos materiais e humanos, o pedido deverá ser encaminhado ao:
- A. () Ministério Público.
 - B. () Gabinete do Prefeito Municipal.
 - C. () Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA.
 - D. () Secretaria Municipal da Fazenda.
44. Os Conselheiros Tutelares (artigo 7º da Lei Municipal nº 3.962/2015) terão direito a reajustes em sua remuneração nas mesmas datas, bases e condições dos demais servidores da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo. São ainda, entre outros, direitos dos Conselheiros Tutelares, exceto:
- A. () Férias anuais não remuneradas.
 - B. () Licença paternidade.
 - C. () Gratificação natalina.
 - D. () Licença maternidade.
45. Nos termos do artigo 8º da Lei Municipal nº 3.962/2015, são deveres dos membros do Conselho Tutelar, exceto:
- A. () Residir no município.
 - B. () Participar de cursos de formação, mediante aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA.
 - C. () Prestar informações e esclarecimentos quando convocados pelo COMDICA.
 - D. () Manifestar-se, funcionalmente, sem a devida identificação.
46. O artigo 10 da Lei nº 3.963/2015, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Santo Ângelo, arrola, entre outras, as seguintes vedações aos membros do Conselho Tutelar, exceto a da alternativa:
- A. () Exercer a advocacia na Justiça da Infância ou Juventude, relativamente a casos ou situações em qualquer comarca.
 - B. () Manifestar-se, em cultos públicos sobre sua crença e/ ou religião
 - C. () Delegar à pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuições que seja de sua responsabilidade.
 - D. () Exercer qualquer outra atividade no horário fixado na lei para funcionamento do Conselho Tutelar.

47. Assinale a alternativa correta.

O mandato do Conselheiro Tutelar, conforme previsto no artigo 29 da Lei nº 3.962/2015, é de quatro anos, permitindo, mediante novo processo de escolha, mais:

- A. () Duas reconduções.
- B. () Nenhuma recondução.
- C. () Uma recondução.
- D. () Três reconduções.

48. Assinale a alternativa correta:

Os Conselheiros Tutelares serão eleitos (artigo 30 da Lei 3.962/2015) por eleitores com domicílio eleitoral no município de Santo Ângelo pelo voto:

- A. () Obrigatório e secreto.
- B. () Facultativo e secreto.
- C. () Facultativo e aberto.
- D. () Obrigatório e aberto.

49. A inscrição à seleção de candidatos ao Conselho Tutelar do município de Santo Ângelo compreenderá duas fases: a preliminar e a definitiva.

A inscrição preliminar (artigo 32 da Lei nº 3.962/2015) será definida aos candidatos que preenchem e comprovam documentalmente, através de cópias xerográficas, acompanhadas dos originais, os seguintes requisitos básicos, exceto:

- A. () Estar em gozo de seus direitos políticos.
- B. () Ter instrução mínima de ensino médio completo.
- C. () Ter nascido no município onde atuará como Conselheiro.
- D. () Ter idade mínima de 21 anos.

50. O Conselho Tutelar, na forma do artigo 31 da Lei nº 3.962/2015, encaminhará ao COMDICA, ao Ministério Público e ao Juiz da Vara da Infância e Juventude um relatório contendo a síntese de dados referentes ao exercício de suas atribuições, acentuando os problemas, demandas e assim por diante.

O relatório mencionado deverá ser encaminhado:

- A. () Mensalmente.
- B. () Bimensalmente.
- C. () Trimensalmente.
- D. () Quadrimensalmente.